



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



PLANO DE TRABALHO

1 – CONCEDENTE

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás	CNPJ: 02.529.964/0001-57
Gestor: Sérgio Alberto Cunha Vencio	Processo: 202300010003142
Endereço: Rua SC-1, 299 – Parque Santa Cruz – Goiânia-GO	

2 – IDENTIFICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nome: Fundo Municipal de Saúde de Iporá – GO	CNPJ do FMS: 07.861.703/0001-53
Gestor: Daniela Sallum	CPF: 502.910.761-49
Endereço: R São José - nº 11 - Umuorama - CEP: 76.200-000	
Dados bancários: Banco: Caixa Econômica Federal Agência: 1338 Conta corrente: 71319-8	

3 – DADOS DA UNIDADE ASSISTIDA

Unidade: ACADEMIA DE SAÚDE AGUAS CLARAS PSF ARCO IRIS Iporá PSF VILA NOVA IPORÁ PSF CENTRAL IPORÁ PSF MONTE ALTO IPORÁ PSF VILA BRASÍLIA IPORÁ PSF ITAJUBA IPORÁ PSF UMUARAMA IPORÁ CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA CEO	CNES: 2437953 3080935 3080951 2382598 3080943 5417082 2436973 2438135 6020542
Endereço: RUA RUBIATAVA S/N QD 10LT 02 BAIRRO AGUAS CLARA CEP: 76200-000 RUA SERRA DAS ARARAS nº 31 - JARDIM ARCO IRIS CEP: 76200-000 RUA B Nº 741- SETOR VILA NOVA – CEP: 76200-000 RUA ESMERINDO PEREIRA S/N – CENTRO CEP: 76200-000 RUA SÃO JORGE S/N QD 31 LT 01 - JARDIM MONTE ALTO CEP: 76200-000 VILA BRASÍLIA S/N - VILA BRASÍLIA CEP: 76200-000 AVN 08 S/N - VILA ITAJUBA CEP: 76200-000 RUA OCTAVIANO GOMES S/N – UMUARAMA CEP: 76200-000 AV 24 DE OUTUBRO S/N – CENTRO CEP: 76200-000	

Cidade: Iporá – GO	Esfera Administrativa: Pública Natureza: Municipal
Serviços ofertados: (x) Ambulatorial () Internação () UTI () SADT () Hospital dia e noite () Outros:	

4 –DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do projeto:	Período de execução:	
Programa de fortalecimento	1 ano	
	Início: 10/2023	Término: 10/2024
Identificação do objeto: Custeio para área da saúde do município de Iporá – GO		
Justificativa: O município de Iporá possui uma população estimada de 31.471 habitantes, e conta com uma boa estrutura de atenção básica, porém como a maior parte da população depende do Sistema único de Saúde (SUS), a demanda de atendimentos é muito grande. Essas unidades básicas em questão desenvolvem um trabalho de extrema importância aos moradores da cidade, onde a déficit na parte de rouparia fazendo necessária esta solicitação.		

5 – METAS A SEREM ATINGIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEITOS			
1 – Internação hospitalar			
parâmetros: taxa de ocupação: 90%			
Descrição Cirurgia Geral, Clínica Geral, Obstetrícia Cirúrgica, Pediatria Clínica	Quantidade 15	Leitos/dia	Meta
Capacidade instalada -			
Meta – 100% da capacidade			
ATENDIMENTO			
Descrição	Quantidade realizada/mês		
Atendimento de urgência/emergência	17.023		
Atendimento ambulatorial – consultas	14.698		
Procedimentos cirúrgicos	-		
SADT – radiologia	2.791		
SADT – análises clínicas	16.031		
SADT – Eletrocardiografia	854		
SADT – Ultrassonografia	-		
Atos não médicos – Terapia Ocupacional (profissional contratado)	71		
Atos não médicos – Fisioterapia (profissional contratado)	1.255		
Psicologia (profissionais contratados)	111		
Serviço Social (profissionais contratados)	107		

6 – VALOR DO PROJETO

Valor global: R\$ 250.000,00	Valor mensal:
---------------------------------	---------------

7 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANO: 2023		ANO: 2024	
Mês	Valor em R\$	Mês	Valor em R\$
Janeiro		Janeiro	
Fevereiro		Fevereiro	
Março		Março	
Abril		Abril	
Maio		Maio	
Junho		Junho	
Julho		Julho	
Agosto		Agosto	
Setembro		Setembro	
Outubro	R\$ 250.000,00	Outubro	
Novembro		Novembro	
Dezembro		Dezembro	

8 – OBRIGAÇÕES

8.1 – Da concedente

- I – Realizar o repasse dos recursos, na modalidade fundo a fundo, conforme cronograma de desembolso;
- II – Suspender os repasses em caso de não prestação de contas.

8.2 – DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- I – Firmar instrumento jurídico com a unidade assistida para viabilizar os repasses de recursos financeiros recebidos da Concedente, conforme o caso;
- II – Realizar os repasses dos recursos recebidos da Concedente à Unidade Assistida em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do crédito do montante no Fundo Municipal de Saúde, conforme o caso;
- III – Garantir o acesso aos serviços de saúde descritos no quadro de metas;
- IV – Não utilizar os recursos disponibilizados para execução do projeto em:
 - a - taxas ou comissões de administração, gerências ou similares, ou, ainda, gratificações, consultorias, assessorias técnicas ou de qualquer espécie de remuneração adicional a servidor ou contratado que pertença aos quadros do beneficiário, de órgãos ou de Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais;
 - b - pagamento de aposentadorias e pensões;

- c - assistência a saúde que não atenda ao princípio da universalidade;
- d - finalidade diversa do objeto ou da forma estabelecida do plano de trabalho, ainda que em caráter de emergência;
- e - atribuições de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
- f - despesas com publicidade;
- g - despesas com taxas bancárias, multas, juros ou atualizações monetárias, inclusive referentes a pagamentos e recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvadas as hipóteses constantes de legislações específicas; e
- h - despesas em data anterior ou posterior a vigência do plano de trabalho, quando a ação não for de caráter continuado.

V – Franquear o acesso aos componentes do Sistema Nacional de Auditoria do SUS a qualquer momento ou época, independente de aviso prévio;

VI – Realizar a prestação de contas da utilização dos recursos;

VII – Movimentar os recursos recebidos do Plano em conta-corrente aberta especificamente para este fim.

9 – DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

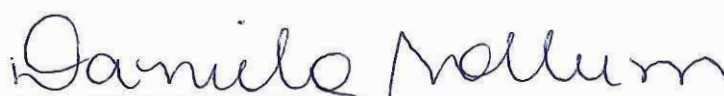
A Prestação de Contas, parcial ou final, relativa aos repasses por meio de Portaria, na modalidade fundo a fundo, é obrigatória, conforme disposto em legislação específica e suas alterações. A Prestação de Contas Parcial consiste na documentação a ser apresentada para comprovar a execução de uma ou mais parcelas recebidas quando os recursos forem liberados na forma de parcelas ou após 6 (seis) meses da sua transferência. Quando a liberação dos recursos ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, a prestação de contas parcial referente à primeira parcela é condição para a liberação da terceira e a prestação referente à segunda, para a liberação da quarta, e assim sucessivamente. A Prestação de Contas Final, produto da consolidação das Prestações de Contas Parciais ou referentes ao total recebido de uma só vez, é aquela apresentada depois da consecução do objeto ou objetivos pactuados, até 60 (sessenta) dias após sua execução.

10 – DECLARAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Na qualidade de representante legal da Fundo Municipal de Saúde, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento do Fundo Estadual de Saúde – FES, na forma deste Plano de Trabalho.

Iporá,

Assinatura:



Daniela Sallum

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Iporá – GO

Dr. Daniela Sallum
Secretária Mun. de Saúde
Decreto nº. 04/2021

11 – APROVAÇÃO DA CONCEDENTE

Ante a manifestação favorável das áreas técnicas da SES/GO envolvidas na avaliação da viabilidade de execução do presente Plano de Trabalho, conforme pareceres e despachos acostados nos autos, o Secretário de Estado da Saúde **APROVARÁ** o Plano de Trabalho por meio da homologação da Portaria a ser publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás, determinando sua execução, observadas as regras da Portaria que instituiu o financiamento.